



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 127/2022

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2022

Abertura: dia 14/10/2022

Horário: 14 horas

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Licitação exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14 horas do dia 14/10/2022, na sala de Reuniões da Prefeitura, localizada na Avenida Júlio Schwengber, 1.645, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria 174, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa(s) para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INETERENTES AO DESEMPENHO DE ATIVIDADE RELATIVA AO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO, DE ACORDO COM OS PADROES DE POTABILIDADE ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE CONFORME PORTARIA 888, 04/05/2021, art XIV, de acordo com o item 1 – Do Objeto, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei complementar nº 147/2014, e do Decreto Municipal nº 1.501/2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art.48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INETERENTES AO DESEMPENHO DE ATIVIDADE RELATIVA AO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO DAS 25(VINTE E CINCO) ESTAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ, DE ACORDO COM OS PADROES DE POTABILIDADE ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE CONFORME PORTARIA 888, 04/05/2021, Art. XIV, conforme especificações do edital e seus anexos.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

AO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 127/2022

EDITAL DE PREGÃO N.º 23/2022

ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 127/2022

EDITAL DE PREGÃO N.º 23/2022

ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que, devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

a.5) registro comercial, se empresa individual;

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública;

ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 – PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo mínimo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas seqüencialmente rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do serviço ofertado

c) preço UNITÁRIO líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora, assistência técnica (quando solicitada).

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, DUAS casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em primeiro lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 3min (três minutos) para apresentar nova proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.
- e) estiverem acima do Termo de Referência.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, a extinguir ou a criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

6.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE N° 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 3 deste edital.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

c) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA

a) certidão negativa de débitos trabalhistas(CNDT).

7.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30(trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

7.1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de inscrição e regularidade da empresa e do profissional técnico no Conselho Regional de Química (CRQ), com atividade autorizada de monitoramento, controle, captação, tratamento e distribuição de água potável instalações concernentes aos serviços de fornecimento de água potável;

b) Alvará Sanitário da empresa, emitida pelo município sede da empresa para atividades relacionadas ao tratamento e monitoramento da qualidade da água;

c) carteira de identidade profissional no CRQ, com apresentação de certidão de regularidade, em nome do profissional responsável técnico;

d) Licença de operação para depósito dos produtos químicos utilizados na realização do tratamento e comprovação do destino correto das embalagens;

e) atestado de capacitação técnica-operacional, tanto em nome do licitante quanto do profissional responsável técnico da empresa, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou privado, comprovando a execução de serviços de características semelhantes aos licitados;

g) Vínculo com Laboratório Analítico subcontratado utilizado na execução dos Serviços de análises da água;

h) Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual, especificamente para a atividade de Laboratório Analítico;

i) Comprovação da existência de boas práticas do laboratório e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas, e comprovam a existência de sistema de gestão da qualidade

j) Comprovação de que os materiais utilizados na produção, armazenamento e distribuição não alteram a qualidade da água e não ofereçam risco à saúde, segundo critérios da ANSI/NSF 61 ou certificação do material por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO;

l) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde (LARS) e da comprovação de baixo risco a saúde (CBRS), para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, considerando a norma técnica da ABNT NBR 15.784

m) Atestado de Visita Técnica assinado pela Secretário Municipal de Obras de São Pedro do Butiá ou responsável pelo Setor de Projetos, o qual deve mencionar que a empresa licitante visitou e conhece as características e condições das atividades Objeto da presente licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.2. A licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

9.5. O recurso somente será aceito protocolado pessoalmente no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá ou via sedex com AR com o ressarcimento para o cofre público municipal do valor da taxa de protocolo e não será aceito recurso via email.

10. DOS PRAZOS:

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 07 (sete) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3. O prazo de prestação de serviço é de IMEDIATO, a contar da emissão da ordem de fornecimento.

10.4. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública.

11. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão prestados no Município de São Pedro do Butiá (RS), diretamente nas estações de captação, e deverão ser efetuados a contar da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO a ser expedida pela Secretaria Municipal de Obras.

11.2. Obriga-se o licitante vencedor a:

2.2.1) prestar os serviços na forma ajustada;

2.2.2) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrente da execução do presente contrato;

2.2.3) executar os serviços por profissionais por si designados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

2.2.4) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.2.5) assumir integral responsabilidade pelos danos prejuízos que causar à contratante ou a terceiros na execução dos serviços ora contratados, inclusive mortes, perdas, destruição, multas, isentando de toda e qualquer responsabilidade a contratante ante a reclamação que possa surgir;

2.2.6) afastar imediatamente dos serviços, às suas expensas, todo e qualquer empregado, subordinado, ou preposto, que for julgado inconveniente pela contratante;

2.2.7) assumir total responsabilidade dos métodos empregados, operação, continuidade de execução e estabilidade dos serviços;

2.2.8) assumir a responsabilidade de todos os tributos e quaisquer ônus de origem Estadual, Municipal e Federal existente ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais; e,

2.2.9) fornecer, nos prazos previstos na legislação de regência, os serviços contratados;

2.2.10) Realizar o controle semestral da água bruta, coletando uma (1) amostra de água no ponto de consumo, analisando os seguintes parâmetros: Sólidos totais dissolvidos, Manganês, Dureza, Nitrato, Nitrito, Sódio, Gosto e Odor, Ferro. Sendo que a prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço.

2.2.11) Apresentar até o 12.^a dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por Laboratório Analítico e planilha de controle da leitura do cloro no momento da visita, para as análises mensais. Apresentar até o final do mês de junho e até o dia 15 do mês de dezembro os laudos das análises semestrais.

2.2.12) . Digitação das informações dos Laudos mensais e semestrais de todas as SACs no SISAGUA no caso afastamento do responsável do Vigiagua do município por motivo de férias ou para tratamento de Saúde.

2.2.13) exercer o controle da qualidade da água e responsabilizar-se por danos causados mediante omissão ou falha na prestação dos serviços, diretamente ou mediante ação regressiva do Município em caso de danos a terceiros;

2.2.14) garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável em conformidade com as normas técnicas da ABNT e das demais normas pertinentes;

2.2.15) notificar IMEDIATAMENTE à autoridade de saúde pública e informar à respectiva entidade reguladora e à população, identificando períodos e locais, sempre que houver:

I – necessidade de realizar operação programada na rede de distribuição, que possa submeter pressão negativa;

II – modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas de abastecimento; e

III – situações que, de qualquer forma, ofereçam risco à saúde, ainda que potencialmente, em caso de análise de água fora dos parâmetros estabelecidos na Portaria nº 2.914/2011.

2.2.16) fornecer o insumo: cloro líquido ou cloro sólido (é obrigatório a manutenção de, no mínimo, 0,2mg/L de cloro residual livre ou 2mg/L de cloro residual combinado);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

2.2.17) efetuar a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água da solução alternativa, conforme determina a Portaria nº 1237/2014;

2.2.18) fornecer materiais utilizados na limpeza e desinfecção dos reservatórios;

2.2.19) fornecer certificado de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água por ocasião da limpeza;

2.2.20) prestar assistência técnica 24h (vinte e quatro) horas na manutenção dos equipamentos e insumos; em caso de contaminação do sistema de distribuição (escherichia coli, bactérias heterotróficas, etc.), prestar assistência imediata para reparar o dano, assim que averiguado ou notificado pelo contratante;

2.2.21) fornecer mensalmente as análises e os laudos correspondentes para contagem de bactérias heterotróficas ;

2.2.22) recolher dentro do mês de coleta, até o dia 10 (dez) impreterivelmente, amostras de água e encaminhar para o laboratório de análises, fornecendo os laudos correspondentes ao Município no prazo de 10 (dez) dias após a coleta, mediante protocolo;

2.2.23) fornecer embalagens e materiais para recolhimento de amostras para análises;

2.2.24) fornecer dentro do mês de coleta, até o dia 20 (vinte), análise microbiológica das estações (Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde), fornecendo os laudos correspondentes ao Município no prazo de 10 (dez) dias após a coleta, mediante protocolo;

2.2.25) fornecer dentro do mês de coleta, até o dia 20 (vinte), análise físico-química (ph, cor e turbidez), de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 888, 04/05/2022.

2.2.26) prestar assistência e responsabilidade técnica profissional na área de química para tratamento de água ou outra área profissional reconhecida pelo respectivo conselho de classe;

2.2.27) fornecer relatório técnico mensal; nos casos em que seja necessária alguma intervenção técnica ou reparo, por laudo ou análise laboratorial, fornecer relatórios técnicos dentro de 24h (vinte e quatro horas) para visto da vigilância sanitária municipal;

2.2.28) fornecer estações de tratamento com “casas próprias” e que sejam seguras e invioláveis, trancadas com cadeados. Deverão assegurar o tratamento conforme vazão diária ou mensal do poço até a próxima visita mensal. Os dosadores de cloro e flúor devem possuir dispositivos de funcionamento mecânicos ou eletrônicos, que permitam a distribuição contínua dos insumos, através da pressão da rede.

2.2.29) fornecer e instalar estações de tratamento nos 25 (vinte e cinco) poços, em forma de comodato durante o prazo de vigência do contrato e de suas eventuais prorrogações, conforme relação:

Poços que abastecem a sede1 do município:*

N.º	Localidade	Pontos de água
01	Rua 1.º de Maio, 514.	495
02	Av. Júlio Schwengber, 1615(Prefeitura)	
03	Rua Roque Gonzáles, 1400.	
04	Rua REINALDO JACOBS, 890.	
05	Butiá I. Sul, (CanisioSpohr)	
06	Rua Eugenio Frantz,600	
07	Poço Trevo	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

08	Poço BR 392	
----	-------------	--

Poços que abastecem a sede2 do município:**

N.º	Localidade	Pontos de água
09	Av. J. SCHWENGBER 581(Parque)	215
10	Rua 25 de Julho (saída p/ Butiá Inferior)	
11	Poço Loteamento	

Poços do interior do município:***

N.º	Localidade	Pontos de água
12	Butiá Inferior Sul	51
13	Butiá Inferior Centro	80
14	Butiá Inferior Norte	33
15	Boa Esperança1	30
16	Boa Esperança 2	32
17	Esquina União	41
18	St.º Terezinha	34
19	Beija Flor	29
20	Taipão Frente	20
21	Taipão Frente 2	28
22	Taipão Fundo	40
23	Taipão Fundo2	43
24	Linha Bonita Norte	39
25	Linha Bonita Sul	52

12. DO RECEBIMENTO:

12.1. Os serviços deverão ser prestados no(s) endereço(s) e horário(s) previamente definidos pela Administração Pública Municipal.

12.2. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

12.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

13. DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após cada entrega solicitada do serviço, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa nas dotações:

Órgão: 05

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS

Unidade: 05.04

SERVIÇOS DIVERSOS

Dotação: 2.511.3390.39 - 1 - 128/2022 - MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

13.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

13.3. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a liquidação pelo preço da data da prestação do serviço.

13.4. Ocorrendo atraso no pagamento, ressalvada a hipótese do item anterior, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPC-DI/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

14. DAS PENALIDADES:

14.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 1% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência*;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,25% sobre o valor atualizado do contrato*;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

14.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

14.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de São Pedro do Butiá, Setor de Compras e Licitações, sito na Avenida Júlio Schwengber, nº 1.645, ou pelo telefone/fax 55 3369 1800, no horário compreendido entre as 7 horas e 45 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos, preferencialmente, **com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes, prazo após o qual não serão mais aceitos quaisquer pedidos.**

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, no setor de Licitações.

15.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

15.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

15.9. São anexos deste Edital: Anexo I – Minuta do contrato; Anexo II – Planilha orçamentária; Anexo III – Modelo de credenciamento; Anexo IV – Modelo de proposta; Anexo V (A e B) – Modelo de Declaração; Anexo VI – Modelo de Declaração de habilitação; Anexo VII – Projeto Básico.

15.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Largo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Pedro do Butiá, 28 de SETEMBRO de 2022.

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em ____-____-____.

Procurador(a) Jurídico(a)

JOSE HENRIQUE HEBERLE

PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO I

Licitação 127/2022

Pregão Presencial 23/2022

MINUTA DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes de um lado, a Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá/RS, CNPJ: 93.592.715/0001-61, com sede à Avenida Júlio Schwengber, 1.645, cidade de São Pedro do Butiá, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por (nome e qualificação do representante legal) e de outro, (nome e qualificação) doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a licitação nº 127/2022 – Pregão Presencial nº 23/2022 efetivada por têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. A Contratada obriga-se, na forma do estabelecido no Edital de Licitação, bem como de acordo com a proposta apresentada, menor preço, a prestação de serviço a seguir discriminados:

- Descrição de itens e suas quantidades;

2. A Contratada obriga-se a prestar o serviço acima descrito atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias atinentes à matéria de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse da contratante observando especialmente o estabelecido no Edital.

2.1. No caso de inexecução do contrato, por culpa do contratado, dentro do prazo estipulado na cláusula 16 incorrerá o contratado em multa diária inicial de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

2.2. Nas demais hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, deverão ser observadas as penalidades previstas no Edital referente à matéria.

3. A Contratante exercerá a fiscalização da prestação de serviços através do (a) Senhor (a), sendo que será realizado rigoroso controle de qualidade dos materiais fornecidos pelo contratado, não sendo aceitos materiais de qualidade reconhecidamente duvidosa que forem rejeitados pelo responsável designado pela Prefeitura. Os serviços poderão ser rejeitados ou submetidas suas amostras à análise de qualidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

3.1. O representante legal supramencionado manterá um livro próprio para registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando à Contratada no que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados e estipulando prazo para que sejam sanados.

4. A Contratada deverá facultar o livre acesso do representante e/ou peritos a suas fábricas (ou empresa) depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes ao fornecimento ora contratado, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Contratante.

5. Assume a Contratada inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, atendidas as condições previstas no Edital.

6. A contratada prestará o serviço, para conferência, no Município de São Pedro do Butiá/RS , nas condições fixadas de acordo com o Edital.

6.1 A prestação dos serviços será de acordo com as necessidades da Prefeitura e de acordo com o fixado no edital:

2.2.1) prestar os serviços na forma ajustada;

2.2.2) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrente da execução do presente contrato;

2.2.3) executar os serviços por profissionais por si designados;

2.2.4) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.2.5) assumir integral responsabilidade pelos danos prejuízos que causar à contratante ou a terceiros na execução dos serviços ora contratados, inclusive mortes, perdas, destruição, multas, isentando de toda e qualquer responsabilidade a contratante ante a reclamação que possa surgir;

2.2.6) afastar imediatamente dos serviços, às suas expensas, todo e qualquer empregado, subordinado, ou preposto, que for julgado inconveniente pela contratante;

2.2.7) assumir total responsabilidade dos métodos empregados, operação, continuidade de execução e estabilidade dos serviços;

2.2.8) assumir a responsabilidade de todos os tributos e quaisquer ônus de origem Estadual, Municipal e Federal existente ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais; e,

2.2.9) fornecer, nos prazos previstos na legislação de regência, os serviços contratados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

2.2.10) Realizar o controle semestral da água bruta, coletando uma (1) amostra de água no ponto de consumo, analisando os seguintes parâmetros: Sólidos totais dissolvidos, Manganês, Dureza, Nitrato, Nitrito, Sódio, Gosto e Odor, Ferro. Sendo que a prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço.

2.2.11) Apresentar até o 12.^a dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por Laboratório Analítico e planilha de controle da leitura do cloro no momento da visita, para as análises mensais. Apresentar até o final do mês de junho e até o dia 15 do mês de dezembro os laudos das análises semestrais.

2.2.12) . Digitação das informações dos Laudos mensais e semestrais de todas as SACs no SISAGUA no caso afastamento do responsável do Vigiagua do município por motivo de férias ou para tratamento de Saúde.

2.2.13) exercer o controle da qualidade da água e responsabilizar-se por danos causados mediante omissão ou falha na prestação dos serviços, diretamente ou mediante ação regressiva do Município em caso de danos a terceiros;

2.2.14) garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável em conformidade com as normas técnicas da ABNT e das demais normas pertinentes;

2.2.15) notificar IMEDIATAMENTE à autoridade de saúde pública e informar à respectiva entidade reguladora e à população, identificando períodos e locais, sempre que houver:

I – necessidade de realizar operação programada na rede de distribuição, que possa submeter pressão negativa;

II – modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas de abastecimento; e

III – situações que, de qualquer forma, ofereçam risco à saúde, ainda que potencialmente, em caso de análise de água fora dos parâmetros estabelecidos na Portaria nº 2.914/2011.

2.2.16) fornecer o insumo: cloro líquido ou cloro sólido (é obrigatório a manutenção de, no mínimo, 0,2mg/L de cloro residual livre ou 2mg/L de cloro residual combinado);

2.2.17) efetuar a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água da solução alternativa, conforme determina a Portaria nº 1237/2014;

2.2.18) fornecer materiais utilizados na limpeza e desinfecção dos reservatórios;

2.2.19) fornecer certificado de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água por ocasião da limpeza;

2.2.20) prestar assistência técnica 24h (vinte e quatro) horas na manutenção dos equipamentos e insumos; em caso de contaminação do sistema de distribuição (escherichia coli, bactérias heterotróficas, etc.), prestar assistência imediata para reparar o dano, assim que averiguado ou notificado pelo contratante;

2.2.21) fornecer mensalmente as análises e os laudos correspondentes para contagem de bactérias heterotróficas ;

2.2.22) recolher dentro do mês de coleta, até o dia 10 (dez) impreterivelmente, amostras de água e encaminhar para o laboratório de análises, fornecendo os laudos correspondentes ao Município no prazo de 10 (dez) dias após a coleta, mediante protocolo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

2.2.23) fornecer embalagens e materiais para recolhimento de amostras para análises;

2.2.24) fornecer dentro do mês de coleta, até o dia 20 (vinte), análise microbiológica das estações (Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde), fornecendo os laudos correspondentes ao Município no prazo de 10 (dez) dias após a coleta, mediante protocolo;

2.2.25) fornecer dentro do mês de coleta, até o dia 20 (vinte), análise físico-química (ph, cor e turbidez), de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 888, 04/05/2022.

2.2.26) prestar assistência e responsabilidade técnica profissional na área de química para tratamento de água ou outra área profissional reconhecida pelo respectivo conselho de classe;

2.2.27) fornecer relatório técnico mensal; nos casos em que seja necessária alguma intervenção técnica ou reparo, por laudo ou análise laboratorial, fornecer relatórios técnicos dentro de 24h (vinte e quatro horas) para visto da vigilância sanitária municipal;

2.2.28) fornecer estações de tratamento com “casas próprias” e que sejam seguras e invioláveis, trancadas com cadeados. Deverão assegurar o tratamento conforme vazão diária ou mensal do poço até a próxima visita mensal. Os dosadores de cloro e flúor devem possuir dispositivos de funcionamento mecânicos ou eletrônicos, que permitam a distribuição contínua dos insumos, através da pressão da rede.

2.2.29) fornecer e instalar estações de tratamento nos 25 (vinte e cinco) poços, em forma de comodato durante o prazo de vigência do contrato e de suas eventuais prorrogações, conforme relação:

Poços que abastecem a sede1 do município:*

N.º	Localidade	Pontos de água
01	Rua 1.º de Maio, 514.	495
02	Av. Júlio Schwengber, 1615(Prefeitura)	
03	Rua Roque Gonzáles, 1400.	
04	Rua REINALDO JACOBS, 890.	
05	Butiá I. Sul, (CanisioSpohr)	
06	Rua Eugenio Frantz,600	
07	Poço Trevo	
08	Poço BR 392	

Poços que abastecem a sede2 do município:**

N.º	Localidade	Pontos de água
09	Av. J. SCHWENGBER 581(Parque)	215
10	Rua 25 de Julho (saída p/ Butiá Inferior)	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

11	Poço Loteamento	
----	-----------------	--

Poços do interior do município:***

N.º	Localidade	Pontos de água
12	Butiá Inferior Sul	51
13	Butiá Inferior Centro	80
14	Butiá Inferior Norte	33
15	Boa Esperança1	30
16	Boa Esperança 2	32
17	Esquina União	41
18	St.º Terezinha	34
19	Beija Flor	29
20	Taipão Frente	20
21	Taipão Frente 2	28
22	Taipão Fundo	40
23	Taipão Fundo2	43
24	Linha Bonita Norte	39
25	Linha Bonita Sul	52

7. A Contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, na forma do estabelecido na cláusula deste instrumento, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na prestação de serviços, que possam comprometer a sua qualidade.

8. A Contratante pagará a Contratada pela prestação dos serviços ora contratada o valor unitário:

Descrição dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

9. O pagamento será efetivado de acordo com o estipulado no Edital de Licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

10. O descumprimento das condições ajustadas e/ou previstas na proposta, ou dos prazos estabelecidos, sujeitará a contratada às sanções e pagamento das multas estabelecidas no Edital.

10.1 O presente contrato vincula-se ao Edital de Licitação nº 127/2022, Pregão Presencial nº 23/2022, bem como está adstrito às disposições da Lei nº 8.666/93.

11. A entrega de documentos e/ou missivas trocadas entre a Contratante e Contratada será efetivada, via de protocolo, única forma, aceita como prova de entrega, por ambas as partes, durante o período de vigência de Contrato.

12. Constituem motivos para rescisão do contrato os referidos na Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93.

12.1. O inadimplemento de qualquer das condições ora avençadas, pela contratante, ensejará a rescisão com todos os ônus daí decorrentes, tanto contratuais quanto os previstos no Edital e em Lei.

12.2 A Contratante, na forma do estatuído no inciso “I” do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações, poderá rescindir, unilateralmente o contrato, nas hipóteses especificadas nos incisos I a XII e XVII daquela Lei, sem que assista a Contratada indenização de qualquer espécie, excetuada a hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo retrocitado.

13. Fica estabelecido que qualquer variação na forma da contraprestação ora ajustada será efetuada mediante acordo escrito firmado por ambas as partes, o qual fará parte integrante deste instrumento, observadas as condições legais estabelecidas, ressalvadas as alterações unilaterais permitidas a Administração na forma do estipulado no inciso “I” do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conforme com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas na Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, bem como, com todas aquelas contidas no Edital de Licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

15. As despesas objeto deste contrato serão subsidiadas com recursos provenientes do orçamento vigente:

- Dotação orçamentária;

16. O presente contrato tem vigência de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de 12(doze) meses, limitados a 60(sessenta)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

meses, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, com correção monetária do índice consoante previsto no edital de licitação.

17. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Largo para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes assim, justas e contratadas assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma e uma só finalidade, perante 02 (duas) testemunhas que também assinam, tudo após ter sido o contrato lido e conferido, estando de acordo com o estipulado.

São Pedro do Butiá, aos _____ de _____ de 2022.

Contratante

Município de São Pedro do Butiá

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome, CPF e RG

Contratado

Representante Legal

Nome, CPF e RG



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO II

Licitação nº127 /2022

Pregão Presencial nº 23/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento dos seguintes serviços:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo (MENSAL)	Preço Total (MENSAL)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INERENTES AO DESEMPENHO DE ATIVIDADE RELATIVA AO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DAS 25 ESTAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ/RS, DE ACORDO COM OS PADRÕES DE POTABILIDADE ESTABELECIDOS PELA PORTARIA MINISTÉRIO DA SAÚDE N° 888, DE 04/05/2021, Art. XIV	BLC	1,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Total					R\$ 10.000,00

São Pedro do Butiá, aos 28 de setembro de 2022.

JOSE HENRIQUE HEBERLE
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO III

Licitação 127/2022

Pregão Presencial 23/2022

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade n° _____ e do CPF n° _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de São Pedro do Butiá – RS, na modalidade de Pregão, sob o n° 23/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ n° _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa

(firma reconhecida)

Nome do dirigente da empresa

Observação 1: O instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO IV

Licitação 127/2022

Pregão Presencial 23/2022

PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da Licitação nº 127/2022, Pregão Presencial nº 23/2022, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quantidade	Preço Unit. Máximo (MENSAL)	Preço Total (MENSAL)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INERENTES AO DESEMPENHO DE ATIVIDADE RELATIVA AO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DAS 25 ESTAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ/RS, DE ACORDO COM OS PADRÕES DE POTABILIDADE ESTABELECIDOS PELA PORTARIA MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 888, DE 04/05/2021, Art. XIV.	BLC	1,00	R\$	R\$

Razão Social _____, endereço _____, telefone _____, fax _____, e-mail _____.

Validade da proposta

Local e data,

Assinatura

Representante legal da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO V

Licitação 127/2022

Pregão Presencial 23/2022

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima com “x”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO VI

Licitação 127/2022

Pregão Presencial 23/2022

Modelo de Declaração de Habilitação

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (nome da empresa) declara, sob as penas da Lei, que atende todas as condições de habilitação constantes do Edital de Licitação nº 127/2022, Edital de Pregão Presencial nº 23/2022, estando, portanto, apta a participar de todas as fases do certame.

Local e data.

Assinatura do responsável da empresa.

Obs.: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, FORA DOS ENVELOPES 01 e 02, JUNTAMENTE COM A PROCURAÇÃO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

Anexo VII

Licitação 127/2022

Pregão Presencial 23/2022

PROJETO BÁSICO

1.OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INETERENTES AO DESEMPENHO DE ATIVIDADE RELATIVA AO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO DAS 25 ESTAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ/RS, DE ACORDO COM OS PADRÕES DE POTABILIDADE ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE CONFORME PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 888 DE 04 DE MAIO DE 2021, ART. XIV E NOTA TÉCNICA 02/2018 – VIGIÁGUA.

2.SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

2.1. Os serviços serão prestados no Município de São Pedro do Butiá (RS), diretamente nas estações de captação, e deverão ser efetuados a contar da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO a ser expedida pela Secretaria Municipal de Obras.

2.2. Obriga-se o licitante vencedor a:

2.2.1) prestar os serviços na forma ajustada;

2.2.2) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrente da execução do presente contrato;

2.2.3) executar os serviços por profissionais por si designados;

2.2.4) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.2.5) assumir integral responsabilidade pelos danos prejuízos que causar à contratante ou a terceiros na execução dos serviços ora contratados, inclusive mortes, perdas, destruição, multas, isentando de toda e qualquer responsabilidade a contratante ante a reclamação que possa surgir;

2.2.6) afastar imediatamente dos serviços, às suas expensas, todo e qualquer empregado, subordinado, ou preposto, que for julgado inconveniente pela contratante;

2.2.7) assumir total responsabilidade dos métodos empregados, operação, continuidade de execução e estabilidade dos serviços;

2.2.8) assumir a responsabilidade de todos os tributos e quaisquer ônus de origem Estadual, Municipal e Federal existente ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais; e,

2.2.9) fornecer, nos prazos previstos na legislação de regência, os serviços contratados;

2.2.10) Realizar o controle semestral da água bruta, coletando uma (1) amostra de água no ponto de consumo, analisando os seguintes parâmetros: Sólidos totais dissolvidos, Manganês, Dureza, Nitrato, Nitrito, Sódio, Gosto e Odor, Ferro. Sendo que a prefeitura é responsável por manter uma torneira para coleta das amostras de água bruta no poço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

- 2.2.11) Apresentar até o 12.^a dia do mês subsequente, os laudos das análises realizadas por Laboratório Analítico e planilha de controle da leitura do cloro no momento da visita, para as análises mensais. Apresentar até o final do mês de junho e até o dia 15 do mês de dezembro os laudos das análises semestrais.
- 2.2.12) . Digitação das informações dos Laudos mensais e semestrais de todas as SACs no SISAGUA no caso afastamento do responsável do Vigiagua do município por motivo de férias ou para tratamento de Saúde.
- 2.2.13) exercer o controle da qualidade da água e responsabilizar-se por danos causados mediante omissão ou falha na prestação dos serviços, diretamente ou mediante ação regressiva do Município em caso de danos a terceiros;
- 2.2.14) garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável em conformidade com as normas técnicas da ABNT e das demais normas pertinentes;
- 2.2.15) notificar IMEDIATAMENTE à autoridade de saúde pública e informar à respectiva entidade reguladora e à população, identificando períodos e locais, sempre que houver:
- I – necessidade de realizar operação programada na rede de distribuição, que possa submeter pressão negativa;
 - II – modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas de abastecimento; e
 - III – situações que, de qualquer forma, ofereçam risco à saúde, ainda que potencialmente, em caso de análise de água fora dos parâmetros estabelecidos na Portaria nº 2.914/2011.
- 2.2.16) fornecer o insumo: cloro líquido ou cloro sólido (é obrigatório a manutenção de, no mínimo, 0,2mg/L de cloro residual livre ou 2mg/L de cloro residual combinado);
- 2.2.17) efetuar a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água da solução alternativa, conforme determina a Portaria nº 1237/2014;
- 2.2.18) fornecer materiais utilizados na limpeza e desinfecção dos reservatórios;
- 2.2.19) fornecer certificado de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água por ocasião da limpeza;
- 2.2.20) prestar assistência técnica 24h (vinte e quatro) horas na manutenção dos equipamentos e insumos; em caso de contaminação do sistema de distribuição (escherichia coli, bactérias heterotróficas, etc.), prestar assistência imediata para reparar o dano, assim que averiguado ou notificado pelo contratante;
- 2.2.21) fornecer mensalmente as análises e os laudos correspondentes para contagem de bactérias heterotróficas ;
- 2.2.22) recolher dentro do mês de coleta, até o dia 10 (dez) impreterivelmente, amostras de água e encaminhar para o laboratório de análises, fornecendo os laudos correspondentes ao Município no prazo de 10 (dez) dias após a coleta, mediante protocolo;
- 2.2.23) fornecer embalagens e materiais para recolhimento de amostras para análises;
- 2.2.24) fornecer dentro do mês de coleta, até o dia 20 (vinte), análise microbiológica das estações (Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde), fornecendo os laudos correspondentes ao Município no prazo de 10 (dez) dias após a coleta, mediante protocolo;
- 2.2.25) fornecer dentro do mês de coleta, até o dia 20 (vinte), análise físico-química (ph, cor e turbidez), de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 888, 04/05/2022.
- 2.2.26) prestar assistência e responsabilidade técnica profissional na área de química para tratamento de água ou outra área profissional reconhecida pelo respectivo conselho de classe;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

2.2.27) fornecer relatório técnico mensal; nos casos em que seja necessária alguma intervenção técnica ou reparo, por laudo ou análise laboratorial, fornecer relatórios técnicos dentro de 24h (vinte e quatro horas) para visto da vigilância sanitária municipal;

2.2.28) fornecer estações de tratamento com “casas próprias” e que sejam seguras e invioláveis, trancadas com cadeados. Deverão assegurar o tratamento conforme vazão diária ou mensal do poço até a próxima visita mensal. Os dosadores de cloro e flúor devem possuir dispositivos de funcionamento mecânicos ou eletrônicos, que permitam a distribuição contínua dos insumos, através da pressão da rede.

2.2.29) fornecer e instalar estações de tratamento nos 25 (vinte e cinco) poços, em forma de comodato durante o prazo de vigência do contrato e de suas eventuais prorrogações, conforme relação:

Poços que abastecem a sede1 do município:*

N.º	Localidade	Pontos de água
01	Rua 1.º de Maio, 514.	495
02	Av. Júlio Schwengber, 1615(Prefeitura)	
03	Rua Roque Gonzáles, 1400.	
04	Rua REINALDO JACOBS, 890.	
05	Butiá I. Sul, (CanisioSpohr)	
06	Rua Eugenio Frantz,600	
07	Poço Trevo	
08	Poço BR 392	

Poços que abastecem a sede2 do município:**

N.º	Localidade	Pontos de água
09	Av. J. SCHWENGBER 581(Parque)	215
10	Rua 25 de Julho (saída p/ Butiá Inferior)	
11	Poço Loteamento	

Poços do interior do município:***

N.º	Localidade	Pontos de água
12	Butiá Inferior Sul	51
13	Butiá Inferior Centro	80
14	Butiá Inferior Norte	33
15	Boa Esperança 1	30
16	Boa Esperança 2	32
17	Esquina União	41
18	St.º Terezinha	34
19	Beija Flor	29
20	Taipão Frente	20
21	Taipão Frente 2	28
22	Taipão Fundo	40
23	Taipão Fundo2	43
24	Linha Bonita Norte	39
25	Linha Bonita Sul	52

OBS:

*Os poços da sede 1 bombeiam água para uma caixa de água de 100 m3. Onde o funcionamento delas é de recalque/abastecimento ao mesmo tempo.

**Os poços da sede 2 bombeiam para uma caixa de 50 m3. Não esta ligada a sede 1. Também funcionam como recalque/abastecimento ao mesmo tempo.

***Os demais poços também funcionam da mesma maneira, recalque/abastecimento ao mesmo tempo. Com exceção dos poços da Bonita Sul e Butiá Inferior Norte, que tem a rede de recalque e abastecimento separados.

Os poços da Boa Esperança 1 e 2 estão interligados entre si e bombeiam pra a mesma caixa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

3. VISITA TÉCNICA

Deverão as empresas interessadas realizar visita técnica ao município onde realizarão os trabalhos inclusive para perceber o nível de incrustação dos poços que possuem tais problemas.

4. EXIGÊNCIAS PARA QUITAÇÃO DA FATURA

O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente a prestação do serviço, mediante apresentação de fatura.

Fornecer nota fiscal dos serviços executados junto ao Setor de Compras.

5. PLANO DE AMOSTRAGEM DOS POÇOS

Plano de Amostragem					MENSAL		SEMESTRAL
					C. totais, E. Coli, Ph, Turbidez, Cor, Cloro, Fluor	C. totais, E. Coli, Ph, Turbidez, Cor, Cloro, Fluor	Sólidos totais dissolvidos, Manganês, Dureza, Nitrito, Nitroto, Sódio, Gosto e Odor, Ferro
N.º	Localidade	Ligações	População	Reservatórios	Saída do Tratamento	Ponto de Consumo	Ponto de Consumo
1	Poço da Rua 1ª de Maio	495	1505	100 m3	8	1	1
2	Poço da Prefeitura						
3	Poço Rua Roque Gonzales						
4	Poço Posto Ipiranga						
5	Poço Secretaria de Obras						
6	Poço Canisio Sphor						
7	Poço Trevo						
8	Poço BR 392						
9	Poço do Parque	215	654	50 m3	3	1	1
10	Poço Saída p/ Butiá Inferior						
11	Poço Loteamento	83	252	15 m3	2	1	1
22	Poço da Taipão Fundo						
23	Poço da Taipão Fundo 2	62	188	15 m3	2	1	1
15	Poço da Boa Esperança						
16	Poço da Boa Esperança 2	33	100	20 m3	1	1	1
14	Butiá Inferior Norte						
13	Butiá Inferior Centro	51	155	25 m3	1	1	1
12	Poço Butiá Inferior Sul						
17	Poço da Esquina União	41	125	20 m3	1	1	1
18	Poço da St.ª Terezinha						
19	Poço da Linha Beija-Flor	29	88	30 m3	1	1	1
20	Poço da Taipão Frente						
21	Poço da Taipão Frente 2	28	85	15 m3	1	1	1
24	Poço da Bonita Norte						
25	Linha Bonita Sul	52	158	20 m3	1	1	1
TOTALS		1262	3836	14	25	14	14

São Pedro do Butiá, 28 de setembro de 2022

Dirceu Ostwald
Responsável Vigiágua
Município de São Pedro do Butiá